

Caxias na Guerra do Paraguai

Os críticos anos de 1866 e 1867

Francisco Doratioto

.....



A presença de Caxias no comando das Forças Brasileiras na Guerra do Paraguai normalmente é associada aos movimentos estratégicos e aos grandes combates de dezembro de 1868. Essas ações, porém, foram viabilizadas graças à sua atuação como organizador e disciplinador da tropa nos críticos anos de 1866 e de 1867.

A guerra foi iniciada pelos ataques paraguaios ao Brasil, em Mato Grosso, e à Argentina, em Corrientes, em dezembro de 1864 e abril de 1865, respectivamente. Ao Império do Brasil e à Argentina somou-se o Uruguai, constituindo-se, em 1º de maio de 1865, a Tríplice Aliança, cujo objetivo era não só o de rechaçar as invasões, mas, ainda, o de depor Francisco Solano López da chefia do Estado paraguaio, expulsando-o de seu país. De invasor o país guarani passou a invadido quando, em 16 de abril de 1866, os aliados desembarcaram em seu território, no Passo da Pátria. A guerra foi basicamente de posições entre essa data e meados de 1867, quando

as tropas aliadas movimentaram-se com o objetivo de fazer o cerco da Fortaleza de Humaitá, posição mais forte do sistema defensivo paraguaio. A guerra de posições, de trincheiras, era uma realidade nova, pois até então os conflitos no Rio da Prata tinham sido de curta duração, com uso predominante de cavalaria e artilharia em batalhas campais decisivas.

O sistema defensivo paraguaio estava localizado no espaço de 60Km de comprimento por uns 20 de largura, entre a confluência dos rios Paraná e Paraguai ao sul, até o Tebicuarí ao norte. A primeira posição paraguaia era Itapiru; mais ao norte, na margem esquerda do Rio Paraguai, encontravam-se, sucessivamente, as fortificações de Curuzu, Curupaiti e Humaitá, que dominavam o rio com a artilharia e eram de difícil acesso por terra, pois estavam cercadas de vegetação cerrada. Essa seqüência de posições fortificadas, em que Humaitá era o epicentro, protegia Assunção contra uma ação da Esquadra Brasileira – a Argentina não tinha Mari-

nha de Guerra –, enquanto, por terra, a maior defesa da capital paraguaia era a natureza. O território entre a cidade e o Passo da Pátria era coberto por densa vegetação, cortado por verdadeiro labirinto de riachos, charcos, pântanos e lagoas, infestado de cobras, aranhas e insetos. Dificultava, ainda mais, as operações militares o fato de que, devido às décadas de isolamento do Paraguai do exterior, desconhecia-se o interior do país; os comandantes aliados sequer tinham mapas do teatro de operações. A guerra, escreveu mais tarde o Duque de Caxias, foi travada “às apalpadelas”.

Nesse terreno inóspito e desconhecido, a guerra de posições foi travada durante quase dois anos. A ausência de recursos locais obrigava que o abastecimento de gêneros alimentícios viesse de Corrientes. Na região do Passo da Pátria não havia pastagens formadas para a cavalaria e o gado utilizado como tração e alimentação da tropa aliada, mas sim uma rala vegetação. Como resultado, era grande a mortandade dos animais, pois a forragem trazida da Argentina, de Corrientes, era insuficiente para alimentá-los.

Às dificuldades do terreno e ao sistema defensivo paraguaio somavam-se, como obstáculo às operações aliadas, as desavenças entre os três generais comandantes brasileiros e de dois deles com o comandante-em-chefe, Bartolomé Mitre, Presidente licenciado da Argentina. As Forças Brasileiras eram constituídas pela Esquadra, comandada pelo Visconde de Tamandaré, e dois corpos de Exército, chefiados pelos generais Conde de Porto Alegre e Polidoro Quintanilha Jordão; os três estavam no mesmo nível hierárquico, resultando desse fato a falta de unidade de comando. Tamandaré e Porto Alegre pertenciam ao Partido Liberal, no poder no Brasil, e não tinham relações harmoniosas com Quintanilha Jordão, membro do Partido Conservador. Ademais, os dois primeiros não confiavam no

General Mitre – Polidoro sim –, cujo plano de isolar Humaitá por terra e pelo rio implicava em que a Esquadra navegasse rio acima, sob o fogo dos canhões da fortaleza. Suspeitavam de que o verdadeiro objetivo do comandante-em-chefe, com esse plano, fosse o de destruir parte da Marinha Imperial para, terminada a guerra, o Brasil ficar sem condições de reagir militarmente a um expansionismo argentino no Rio da Prata. Pode, hoje, o historiador afirmar que essas suspeitas eram improcedentes, mas, à época, elas refletiam décadas de rivalidade entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires pelo domínio no Prata.

O resultado mais impressionante dessas disputas e desconfianças foi a derrota aliada no ataque a Curupaiti em 22 de setembro de 1866. Os atacantes eram vinte mil, com os efetivos brasileiros e argentinos praticamente equivalentes, e morreram quatro mil soldados imperiais e outros tantos aliados. Os paraguaios perderam apenas 54 soldados.

Essa derrota teve grandes repercussões. A idéia de paz com Solano López, embora Mitre a rejeitasse, robusteceu-se na Argentina e, no Brasil, aumentou a desconfiança quanto ao resultado do conflito e, principalmente, a dificuldade de se obter efetivos para ir para o Paraguai, quer como voluntários, quer como convocados por sorteio. No plano militar, após Curupaiti, o relacionamento entre Tamandaré e o comandante-em-chefe argentino ficou ainda mais abalado, pondo em risco a própria condução da guerra.

Para pôr fim às discórdias existentes entre os generais brasileiros e unificar o comando, o Decreto do Governo Imperial de 10 de outubro de 1866 nomeou o Marquês de Caxias para o cargo de comandante-em-chefe das Forças Brasileiras no Paraguai. Senador pelo Partido Conservador, filho e neto de militares e políticos, Caxias teve carreira meteórica, atingindo o generalato aos trinta anos de ida-

de, o que se explica por sua ativa atuação para pôr fim às rebeliões contra o poder central nas décadas de 1830 e 1840 e, no Rio da Prata, nas guerras contra Buenos Aires entre 1825 e 1828, Oribe em 1851, e Rosas, 1852.

Quando do ataque paraguaio ao Rio Grande do Sul e a ocupação de Uruguaiana pelos invasores, Caxias acompanhou Pedro II na viagem deste àquela província. Na ocasião, o marquês recusou convite, feito pelo então Chefe de Governo, Conselheiro Furtado, para comandar as tropas brasileiras na guerra. A recusa decorreu do fato de Angelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, Ministro da Guerra, ser inimigo de Caxias. A escolha deste, em 1866, para tal comando só foi possível graças a postura do novo Chefe de Governo brasileiro, Zacarias de Góes e Vasconcelos, um liberal “progressista”, que colocou as necessidades da guerra acima da questão partidária. Assim, para viabilizar a ida de Caxias para o Paraguai, Zacarias afastou Silva Ferraz do Ministério da Guerra, substituindo-o por João Lustosa da Cunha, Marquês de Paranaguá.

Aceitar o comando das forças militares brasileiras no Paraguai significou, para Caxias, um grande sacrifício pessoal. Afinal, aos 63 anos de idade, era, para os padrões da época, um ancião, que, após uma carreira de vitórias militares, atingira o posto máximo do generalato e, ainda, ocupava o cargo vitalício de Senador. Poderia ter permanecido confortavelmente no Rio de Janeiro, pois nada tinha a ganhar, no plano pessoal, indo para a guerra. Ao contrário, ao aceitar comandar um exército que se encontrava desorganizado e desmoralizado após a derrota de Curupaiti, ele colocava em risco sua trajetória de vitórias militares; expunha-se às críticas dos seus adversários políticos – o que, de fato, ocorreu – e, devido à sua idade, arriscava a própria saúde nas duras condições climáti-

cas e características físicas do território em que foi travada a guerra. Mas, afinal, comandar as tropas brasileiras, em circunstâncias tão delicadas, era uma missão à qual não se recusaria Caxias, cuja carreira estava identificada com o nascimento e a defesa do Império do Brasil.

O Marquês de Caxias assumiu o posto de comandante-em-chefe das Forças Brasileiras em 19 de novembro de 1866. No mês seguinte, em 22 de dezembro, o comando da Esquadra foi transferido para Joaquim José Ignacio, Visconde de Inhaúma. O momento era difícil, pois o Exército aliado encontrava-se desarticulado – já que faltavam tropa pronta para o combate e recursos bélicos adequados – e alquebrado psicologicamente. Ademais, o marquês tinha de pôr fim às disputas militares e políticas entre seus oficiais, pois à época grande parte deles era partidarizada, adepta quer do Partido Liberal, quer do Conservador.

Refletindo o sentimento predominante nos círculos político e militar do Brasil, Caxias chegou ao Paraguai em atitude cautelosa quanto ao aliado argentino. Solicitou instruções sobre como deveria comportar-se caso persistisse a “temporização” do conflito por Mitre, o que jamais, de fato, chegara a ocorrer. Temia-se que este suspendesse as operações em decorrência de eventual paz em separado da Argentina com o Paraguai ou, então, viesse a retirar-se com o Exército argentino, em virtude de alguma revolta contra Buenos Aires, pois continuavam as dificuldades internas na república aliada. A resposta do Imperador Pedro II foi a de que, nessa hipótese, Caxias deveria, se possível, prosseguir as operações militares somente com as Forças Brasileiras, “para conseguirmos o que nossa honra exige, ou a derrota de López numa batalha ou seu rendimento sem condições”. Mitre, por sua vez, leal aliado do Império, não tinha esses preconceitos e escreveu a seu ministro de Relações Exteriores que “Caxias

era o meu candidato para o comando e o era no modo e forma em que foi nomeado”.

Eram precárias as condições das tropas brasileiras em território paraguaio. A maior parte da cavalaria estava a pé, porque os animais tinham morrido após comer vegetação imprópria, arranca-da dos campos alagados. Sob o comando de Caxias, começou-se a repor os animais perdidos e lhes dar alfafa e milho, a alto custo, pois dependia-se de comerciantes – os “fornecedores” – que traziam a forragem da Argentina. Os dois corpos do Exército Imperial no teatro de operações eram totalmente diferentes um do outro, parecendo pertencer a dois países, pois tinham contabilidade, critérios de promoção e de pagamentos próprios. Foi necessário reorganizar tudo, de modo a economizar dinheiro, treinar e disciplinar a tropa, tornando-a combativa. Nessas tarefas, afirmou Caxias no Senado, em julho de 1870, passaram-se 14 meses.

A Força Brasileira que Caxias encontrou estava desfalcada pelos combates e doenças em 1/3 do efetivo que contava ao transpor o Rio Paraná, apesar dos reforços de recrutas que recebera nesse período. Para cuidar de tantos soldados doentes, havia 11 hospitais brasileiros na região: dois no Uruguai, dois em Buenos Aires (esses quatro foram unificados por Caxias em um só, em Montevideu), três em Corrientes, um em Cerrito, um em Itapiru, outro no Passo da Pátria e um em Tuiuti. Ao assumir o comando-em-chefe, o marquês ficou impressionado com o número de militares enfermos e ordenou que uma comissão de saúde os inspecionasse; em 15 dias, dois mil falsos doentes, aptos para o serviço militar, foram despachados para o acampamento em Tuiuti. Em janeiro de 1867, a Força Brasileira no Paraguai era de 51.107 homens.

Para repor os soldados mortos por doenças e escaramuças com o inimigo, o Governo Imperial convocou, pelo Decreto de 13 de março de 1867,

por sorteio, oito mil guardas nacionais. A medida sofreu alguma resistência por parte dos mobilizados. Com esse mesmo objetivo, no ano anterior, o Império libertou escravos para lutarem no Paraguai. Por decreto baixado em 6 de novembro de 1866, os “escravos da nação”, do Estado, que servissem no Exército em guerra ganhavam a liberdade. Também os particulares que libertassem escravos para esse mesmo fim eram recompensados com títulos de nobreza. Houve, ainda, “desapropriação” de escravos para enviá-los à guerra, pagando-se indenizações generosas. Calcula-se que os escravos libertos que seguiram para o Paraguai não tenham ultrapassado 10% do efetivo das Forças Brasileiras no teatro de operações.

A derrota de Curupaiti, a longa duração da guerra e as condições climáticas e do terreno em que era travada comprometeram diferentes aspectos do Exército Brasileiro no teatro de operações. Caxias, em intensa atividade, reorganizou o Exército, recompondo-o em efetivos e armamento; treinou, sob fogo inimigo, civis alistados; disciplinou a tropa; comprou cavalos e animais de tração e melhorou as condições de higiene dos soldados, reduzindo a mortandade decorrente de doenças. Realizou obras adicionais de defesa, transformando o acampamento de Tuiuti em verdadeira posição defensiva, criando sólida base da qual poderia, mais tarde, promover ações ofensivas. Enquanto aguardava a chegada do reforço do 3º Corpo de Exército, que estava sendo organizado pelo General Osório, no Rio Grande do Sul, mapeou a região em volta de Tuiuti e identificou as posições inimigas. Com essa finalidade, tomou a iniciativa pioneira, antes só promovida durante a Guerra Civil norte-americana, de utilizar-se de dois balões de observação. Estes foram comprados pelo Governo brasileiro e chegaram a Tuiuti em 31 de maio de 1867. Seu trabalho de observação ficou com-

prometido pelos nevoeiros e, ainda, pelas inúmeras fogueiras que os paraguaios faziam para dificultar a visão de suas posições.

Caxias também se preocupou com os serviços médicos e as condições de vida em Tuiuti. Ele cuidou seriamente da hospitalização, disponibilizando ambulâncias para socorrer os feridos; forneceu à tropa vestuário apropriado ao clima paraguaio; melhorou a alimentação e as condições de higiene no acampamento. Esses cuidados não impediram, porém, o surgimento, em março de 1867, de uma epidemia de cólera, que se espalhou por todo o Exército aliado. Os cemitérios lotaram, e a cólera matou, até fins de maio de 1867, quatro mil soldados brasileiros. O Exército Imperial sofreu perdas equivalentes a uma batalha decisiva, sem sair do lugar.

As mortes pela cólera e pelo fogo inimigo nos postos avançados, bem como a falta de perspectiva de término do conflito, resultaram em um clima pessimista entre a tropa brasileira. Contrabalançava essas adversidades a admiração que os soldados nutriam por Caxias. Segundo Dionísio Cerqueira, nas suas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, grande era o prestígio do marquês, envolvido por “uma auréola de glória”. De fato, diferentes momentos da guerra demonstraram que Caxias era respeitado pela tropa não só por sua posição hierárquica, mas também pela admiração que inspirava; seu comando dispunha de legitimidade junto aos seus subordinados.

Desde Curupaiti e até meados de 1867, as duas partes em guerra permaneciam imóveis. Do lado paraguaio, Solano López tinha recursos para sustentar posições defensivas, mas não para promover operações ofensivas. Do lado aliado, explicam a imobilidade naquele período a retirada provisória, em fevereiro de 1867, de Mitre, com numerosa tropa argentina para sufocar revolta interna

em seu país; a epidemia de cólera; o fato de Caxias ter de receber grande número de civis e treinados, bem como ter de recompor o quadro de oficiais. O número destes reduziu-se, pouco a pouco, com o decorrer do conflito, quer devido às mortes em combate, quer por terem ficado doentes e retornado ao Brasil, quer por terem arrumado um jeito de darem baixa de uma guerra cujo fim não se antevia.

Para a imobilidade aliada também contribuía a dificuldade em se penetrar no Paraguai devido às características do terreno e ao seu desconhecimento em função da inexistência de mapas confiáveis. Nesse contexto, o comandante brasileiro não tinha condições de iniciar operações ofensivas. Para fazê-las, Caxias aguardou a chegada de reforço do 3º Corpo de Exército, o que só veio a ocorrer em julho de 1867.

A opinião pública no Brasil, porém, desconhecia a dimensão dos fatores que imobilizavam o Exército no Paraguai. Ela mostrava-se impaciente com a demora na retomada de operações militares de grande envergadura que terminassem com a guerra; cobrava-se isso de Caxias na imprensa e no Parlamento. Ele não tinha, porém, condições de travar uma batalha decisiva contra Solano López; estava ciente de que, se desencadeasse uma ação ofensiva, sem os meios necessários para tanto, poderia levar a tropa aliada a um desastre parecido com o de Curupaiti. Caxias manteve-se impávido frente às pressões vindas do Rio de Janeiro, não se metendo em aventura militar e cuidando, sim, de criar as condições para iniciar a ofensiva.

Em meados de julho de 1867, chegou a Tuiuti o 3º Corpo de Exército, comandado pelo General Osório, coincidindo a chegada com o fim da epidemia de cólera. As Forças Brasileiras tinham, então, razoáveis condições de combate e, no dia 22 desse mês, Caxias iniciou o movimento de flanco, con-

tornando Humaitá. O marquês escreveu a José Maria da Silva Paranhos Júnior, três meses antes, que seria “um louco” se atacasse de frente as posições inimigas, onde estavam vinte mil homens “magistralmente colocados e fortificados” e sobre as quais os bombardeios da Esquadra tinham pouco efeito.

Desde fevereiro de 1867, com a retirada de Mitre do Paraguai, Caxias era o comandante-em-chefe interino das Forças aliadas. Nessa condição, ele movimentou-as, visando alcançar a retaguarda inimiga e, aí, achar uma brecha que permitisse atacar Humaitá. Nesse momento, o efetivo do Exército Brasileiro no Paraguai era de 50.526 homens, estando 35.831 prontos para o combate e, destes, 21.521 faziam a marcha de flanco. Havia 4.118 soldados empregados em funções de apoio e outros 10.557 estavam doentes, recolhidos em hospitais; as Forças argentinas estavam reduzidas a uns seis mil soldados. O marquês, escrevendo para a esposa, mostrava as limitações de seus comandados, compostos em grande parte de recrutas inexperientes, que chegaram ao teatro de operações três ou quatro meses antes. Escreveu que “as dificuldades são muitas, não há cavalos, não há bois, e o terreno é todo cheio de brejos, lagoas, e matos que ajudam muito a quem o defende”; e os soldados paraguaios eram experientes e estavam bem fortificados.

Ao contrário do que Caxias planejara, a marcha aliada não o levou à retaguarda do inimigo, descobrindo-se que os paraguaios, entre a extrema esquerda das trincheiras de Rojas e Humaitá, estavam defendidos por uma linha contínua de fortificações. Estas formavam um grande campo entrincheirado que, em referência à sua forma geométrica, veio a ser chamado de quadrilátero, tendo como pontos salientes Curupaiti, Sauce, Angulo e Humaitá. No dia 29 de julho, a vanguarda aliada ocupou a pequena povoação de Tuiú-Cuê, abandonada pelos

paraguaios, à vista de Humaitá. Para tanto, houve marcha de 60Km devido a obstáculos de terreno que tiveram de ser contornados, quando, em linha reta, Tuiú-Cuê estava a apenas 13 quilômetros do acampamento aliado de Tuiúti.

Em 31 de julho, Caxias chegou com o grosso da tropa a Tuiú-Cuê e, no mesmo dia, o General Mitre retornou à frente de batalha, reassumindo o comando-em-chefe. Há quase um ano no Paraguai, Caxias ainda desconfiava, tal qual Tamandaré no passado, da insistência do presidente argentino para que a Esquadra forçasse a passagem de Humaitá. Estava convencido de que Mitre “tem pensamento oculto e maléfico contra o Império”, de destruir a Esquadra durante a guerra, de modo a retirar do Brasil um instrumento de contenção de eventuais desejos expansionistas argentinos no Prata, no pós-guerra. Pensava, erroneamente, que Mitre desejava adiar o fim da guerra, o que seria uma “calamidade” para o Brasil, enquanto para os países aliados seria “um poderoso elemento de sua grandeza e prosperidade”.

A aliança argentino-brasileira não pusera fim às desconfianças entre os homens públicos dos dois países. Um aliado via no outro, quando de fracassos ou demoras nas ações bélicas, uma política deliberada para promover seu enfraquecimento. Com o prolongamento da guerra, ressentimentos e desconfianças entre o Império e a Argentina acabaram aprofundando-se.

Desde a chegada de Mitre até seu retorno definitivo para Buenos Aires, no início de 1868, apesar da imobilidade dos navios brasileiros, as Forças aliadas continuaram o avanço rumo ao norte, de modo a isolar completamente a posição de Humaitá. A Força Brasileira avançou até Tahí que havia sido abandonada pelos paraguaios. Localizada à margem esquerda do Paraguai, sua ocupação completou o cerco aliado do quadrilátero, ficando Humaitá iso-

lada por terra. Essa conquista tinha importante significado militar e encurralava Solano López, deixando-lhe poucas alternativas de ação.

Em novembro e dezembro de 1867, foi feito o reconhecimento do território inimigo até o Rio Tebicuari, um dos principais afluentes da margem esquerda do Rio Paraguai. Os navios brasileiros bombardeavam continuamente o pontão de sustentação e o túnel no barranco por onde passavam as três correntes estendidas sobre o Rio Paraguai, diante de Humaitá, afundando-as em dezembro de 1867. A essa altura, as Forças Brasileiras no Paraguai somavam 41.013 militares, outros 4.778 estavam em Corrientes; o Exército argentino dispunha de uns seis mil homens e o uruguaio contava com não mais de seiscentos. Eram números muito superiores às dos paraguaios, que a essa altura contavam com cerca de 24 mil homens, os quais, porém, encontravam-se em vantajosas posições defensivas. Na verdade, as Forças aliadas ainda eram em número insuficiente para um ataque frontal, não restando outra alternativa, por terra, que não a de manter o cerco do quadrilátero defensivo inimigo.

Em dezembro de 1868, morreu o Vice-Presidente argentino, Marcos Paz, e Bartolomé Mitre retornou a Buenos Aires para reassumir a presidência. O comando-em-chefe aliado foi transferido para o Marquês de Caxias. Pouco antes, chegou ao Paraguai o reforço adequado à Esquadra Brasileira: os monitores *Pará*, *Alagoas* e *Rio Grande do Norte*. Eram navios construídos para a ação fluvial, adequados para a ultrapassagem de Humaitá, constituindo-se em alvos difíceis para os canhões da fortaleza, visto que seu casco, de pequeno calado, emergia apenas um pé da linha d'água. Estavam praticamente dadas as condições para a Esquadra Imperial passar por Humaitá: os monitores chegaram e, desde a tomada de Tahí, os navios brasileiros tinham apoio

estratégico acima dessa fortaleza, cuja falta fora anteriormente reivindicada pelo Almirante José Ignacio para permanecer em Porto Elisário, pouco abaixo daquela fortificação.

Humaitá estava, então, sitiada por terra, mas faltava a imposição da superioridade naval brasileira sobre o Rio Paraguai, entre essa fortaleza e Assunção. O domínio desse rio pela Esquadra criaria as condições para que o Exército aliado marchasse em direção a Assunção, utilizando essa via fluvial para obter apoio logístico. Em fevereiro de 1868, uma divisão naval ultrapassou a fortaleza, isolando-a e obrigando seus defensores a evacuá-la, ali permanecendo pequena guarnição que também retirou-se em julho de 1868.

A destruição do quadrilátero defensivo paraguaio significava o início da fase da ofensiva dos aliados e o fim da hipótese, já antes remota, da vitória de Solano López na guerra. Nos críticos anos de 1866 e de 1867, Caxias mostrou-se eficiente em reorganizar o Exército no Paraguai, despolitizando-o e proporcionando-lhe recursos humanos, materiais e estratégia para derrotar o inimigo. O prestígio pessoal do marquês permitiu-lhe resistir às pressões vindas do Brasil, de setores políticos e da imprensa, para retomar a ofensiva antes que o Exército estivesse preparado para tanto. A admiração que a tropa tinha por Caxias deu a seu comando a legitimidade, que transcendia a obediência hierárquica, para reverter o clima pessimista que encontrou ao assumir o comando-em-chefe, obtendo dos soldados resistência às circunstâncias adversas, de modo a restituir-lhes a capacidade de combate.

Francisco Doratioto – Professor no curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília e no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. É autor do livro *Maldita Guerra; Nova História da Guerra do Paraguai* (Companhia das Letras), a partir do qual este artigo foi parcialmente elaborado.